

Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia

Raquel Janeirinho¹

Resumo

O presente texto baseia-se nas conclusões da dissertação de Mestrado em Museologia que teve como enfoque o trabalho de campo desenvolvido numa freguesia do concelho de Peniche, Portugal, com base num projeto designado 'Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia' (IP), associado a um polo museológico então em fase de implementação.

Nesse projeto de investigação-ação, diferentes perspetivas de áreas disciplinares distintas contribuíram, com o seu enquadramento

¹ Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2013) e licenciada em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa (2007), é Técnica Superior de Antropologia da Câmara Municipal de Peniche. Interessa-se pelas temáticas da museologia social, património cultural, identidade e memória coletiva, antropologia, desenvolvimento e participação comunitária. rjaneirinho@hotmail.com

teórico e as suas metodologias de ação, para a seleção de estratégias e direcionamento dos trabalhos desenvolvidos no terreno.

Reflete-se, neste artigo, sobre a importância do princípio da participação em Sociomuseologia; sobre a ação museológica de inventariação, com destaque para o Inventário Participativo, considerando o necessário reconhecimento e apropriação das referências patrimoniais por parte da comunidade; sobre a premência de uma reflexão dialógica, onde teoria e prática se interligam e consubstanciam; sobre a mais-valia que a interdisciplinaridade tem para a Sociomuseologia; sobre a forma como sequências de métodos participativos contribuem para um maior conhecimento do terreno em causa e para o fortalecimento da ligação museu-comunidade-território; e sobre a educação patrimonial como esteio de cidadania, desenvolvimento e valorização do património cultural.

Palavras-chave: Inventário Participativo, Sociomuseologia, Património Cultural, Memória Coletiva, Desenvolvimento e participação comunitária.

Abstract

This paper is based on my Master Dissertation, which is focused on a fieldwork carried out in a parish of Peniche, Portugal, based on a project designated 'Participatory Inventory of Cultural Heritage of Atouguia da Baleia', associated with the implementation of a museum. It has as objective the inventory of cultural heritage in the different localities of this region, the strengthening of the relation museum-population and the recognition by the community of their assets, concerning the relationship between heritage and development. Developed as an action research project, this study was drawn with the knowledge of several scientific disciplines that contributed, with their theoretical framework and methodologies of

action, for the selection of strategies and direction of the work developed in the field. Participation is central in the project.

In this paper, we reflect about several issues, such as the centrality of community participation; the participatory inventory and the necessary recognition and appropriation of cultural heritage; the urgency of a dialogical thinking, where theory and practice are interlinked; the importance of interdisciplinarity in Sociomuseology; the succession of participative methods, which contributes to a better knowledge of the fieldwork and to the relation museum-community-territory; and the heritage education as a foundation to citizenship, development and cultural legacy valorisation.

Keywords: Participatory inventory, Sociomuseology, Cultural heritage, Collective memory, Community development and participation

Contextualização

O presente artigo incide num projeto de museologia participativa sobre o qual temos vindo a trabalhar e refletir tanto profissional como academicamente². O projeto em causa designa-se 'Inventário Participativo do Património

² O presente artigo é baseado em parte do trabalho da dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia, designada '*Património, Museologia e Participação: estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*', conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que teve como Orientador o Professor Doutor Mário Moutinho. Este texto está publicado na íntegra nos *Cadernos de Sociomuseologia* nº 46 (Janerinho, 2013).

Cultural de Atouguia da Baleia' (IP) e resultou da aplicação de métodos e técnicas participativas que foram inspirar-se a várias áreas científicas, tendo uma forte componente interdisciplinar. O IP iniciou-se, em 2010, associado a um museu local, o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, polo inaugurado a 17 de março de 2012 (em processo de implementação durante o período principal de execução do projeto) que está sedado numa freguesia do concelho de Peniche (Atouguia da Baleia), distrito de Leiria, na região Oeste de Portugal. Este projeto participativo tem como objetivo o aprofundamento do conhecimento do património cultural material e imaterial local, através do levantamento dos ativos patrimoniais das diferentes localidades dessa região, o fortalecimento das relações museu-população e a (re)apropriação, por parte da comunidade, dos seus patrimónios, considerando a articulação entre património e desenvolvimento, contribuindo para uma melhor gestão desse legado patrimonial.

Tomando as premissas da investigação-ação, aplicou-se, no terreno acima descrito, um conjunto de estratégias museológicas participativas entre as quais se destacam as tertúlias com a população, o mapeamento participativo, as caminhadas de reconhecimento e as entrevistas semi-dirigidas, individuais ou em grupo. Pela aplicação dos princípios da Sociomuseologia, confirmou-se, neste IP, ser possível o levantamento, identificação e divulgação bem como o reconhecimento e valorização, por parte da comunidade, do seu património cultural, material e imaterial, sendo a participação uma questão central no desenvolvimento do projeto.

A museologia, enquanto disciplina aplicada, implica um forte diálogo entre teoria e prática. É esse foco que legitima o presente artigo, a dissertação e o trabalho que está na sua base, pela nossa implicação no objeto de estudo e reflexão sobre o mesmo. Neste artigo, não se apresentará o estudo de caso nem se espelharão as diversas estratégias museológicas participativas utilizadas durante a operacionalização do projeto IP³, mas antes as principais linhas orientadoras que resultaram das conclusões do mesmo, contextualizadas teoricamente.

Princípio da participação em Sociomuseologia

Acreditando na educação/aprendizagem como fator de libertação e ‘conscientização’ e no património cultural – material e imaterial – como instrumento desse processo graças à sua ação congregadora, de reconhecimento e valorização (auto-estima), cremos que, na aplicação de ações museológicas, se devem privilegiar estratégias inclusivas que contem com a participação das comunidades locais.

A defesa do museu enquanto ação já era referida em 1972 na Mesa Redonda de Santiago do Chile e mantém-se atual na nossa perspetiva sobre esta instituição ao serviço da comunidade. É sobretudo após a década de 1960 que o

³ Para mais informações sobre as estratégias utilizadas no estudo de caso em Atouguia da Baleia e forma como foram aplicadas, veja-se Janeirinho (2011 e 2013) ou Janeirinho, Venâncio & Martins (no prelo).

pensar museológico se expande, impulsionado pelas conquistas noutras áreas da vida social, abrangendo um novel conceito de museu, dinâmico e criativo. O *focus* no património cultural como fator de desenvolvimento comunitário, participativo, integral e sustentável é uma das teses fulcrais defendidas pelo Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM).

Têm sido avançadas várias propostas de reformulação e desdobramento do conceito de Nova Museologia, com a adoção de termos como Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Informal, Museologia Social e Sociomuseologia⁴. Do ponto de vista do processo museológico, foram várias as implicações do Movimento da Nova Museologia para as ações de pesquisa, preservação e comunicação, através da ênfase no diálogo, inclusão, participação e comunicação. O desenvolvimento comunitário, participado e ativo é o fio condutor destas diferentes ações. Observa-se o florescimento de processos museais que têm

“como objetivo principal, a partir das reflexões sobre o património cultural, a compreensão da nossa identidade cultural em seu rico processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para o nosso desenvolvimento social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. Compreendemos que a

⁴ Para um aprofundamento dos conceitos veja-se, nomeadamente, Mário Moutinho (1993, 1996 e 2007) ou Paula A. Santos (2009, pp. 114-115).

qualidade implica participação, conquista, busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é processada na prática social” (Santos M. C., 2008, p. 102)

Este ‘novo’ museu é uma instituição comunicante e dialógica, um museu-processo, um museu-ação, um ato político e um instrumento de educação, afirmação, pertença e cidadania. São museus construídos como um percurso e não como fim, entidades prestadoras de serviços, instituições atentas às mudanças que se observam na sociedade. São museus sociais, comunitários, informais, críticos, que buscam o desenvolvimento sustentável e sustentado, integral e integrado da comunidade onde se inserem e da sociedade global. Tal resultou de uma rutura com a Museologia dita tradicional, centrada no objeto museal, passando o enfoque das coleções para as pessoas e a prática social, promovendo uma visão interdisciplinar e a participação das populações no trabalho museológico.

Para Maria Célia Santos, o paradigma participativo na construção e reconstrução dos processos museais é das mais importantes conquistas e características de uma atualidade que “tem sido marcada por processos sociais ricos, no sentido de reconhecer a diversidade, o respeito à diferença e, sobretudo, por um forte apelo para que exerçamos a nossa cidadania com a consciência de que podemos ser sujeitos da história.” (2008, p. 101). Sublinha-se a importância da participação ativa das comunidades, conhecedoras da sua

história e meio envolvente, no funcionamento deste ‘novo’ museu, mais aberto e comunicante:

“El funcionamiento del nuevo museo está basado en la participación activa de los miembros de la comunidad. (...) Este tipo de trabajo museístico está basado en el diálogo entre el museólogo y los miembros de la comunidad. Éstos no serán ya más considerados como objetos de estudio, ni como receptores pasivos del mensaje del museólogo, sino como sujetos que son expertos en las cuestiones concernientes a su propia historia y entorno.”
(Férrandez, 1999, p. 108)

O princípio da participação, considerado como “el derecho de todo ser humano a participar en los procesos de identificación, construcción y definición de los conceptos, dimensiones y significados de la realidad histórica y cultural de un determinado colectivo, a través del museo y con vistas al desarrollo local, es decir, a participar activamente en el proceso moderno de patrimonialización” (Querol, 2011, p. 314) é, portanto, fundamental na conceção da Sociomuseologia e nas orientações que colocámos no decorrer do projeto ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia’.

Inventário, reconhecimento e apropriação do Património Cultural

O inventário participativo, como ferramenta de pesquisa, é uma das formas utilizadas na aproximação das instituições museológicas à comunidade pois a participação das populações no inventário oferece a esta ação museológica uma componente dialética.

A pesquisa – considerada como construção de conhecimento que toma como referencial o quotidiano qualificado como património cultural, objetivando a construção de uma nova prática social – alimenta todas as ações museológicas, estruturando-se em ligação com os diversos grupos envolvidos (Santos M. C., 2008, p. 94).

Apesar das alterações no conceito de Património Cultural, o inventário é ainda relacionado com uma forma de fazer característica da ‘velha’ museologia, consequência sobretudo das metodologias extrativas e pouco inclusivas a ele associadas, inventariando-se, sobretudo, o património histórico-artístico. A ação museológica de inventariação é definida como “o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação” (Artigo 19º, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural). Através desta função museológica é possível incorporar novas coleções no museu bem como reestruturar as que já fazem parte do seu espólio. No entanto, não consideramos que se esgotem aqui as suas

potencialidades. Pelo contrário: num processo de inventariação renovado, a comunidade é vista não apenas como informante mas também como inventariante, sublinhando-se a participação, aprendizagem mútua, co-inventariação e co-responsabilização. Adotamos, aqui, a definição de Inventário Participativo avançada por Lorena Sancho Querol na sua tese de doutoramento:

“Defino el concepto de **Inventario Participativo**, como una variante democrática del inventario, consistente en **la intervención de personas y comunidades en la identificación y documentación de sus recursos culturales, lo que incluye su reconocimiento como elementos de identidad local y personal, es decir, como Patrimonio Cultural.**” (Querol, 2011, pp. 319-320. A negrito no original)

A validação do Património Cultural Imaterial, consubstanciada na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*⁵, de 2003, foi um passo fundamental para esta democratização e afirmação do saber e importância das comunidades, grupos e indivíduos a quem esse património é referente e da sua participação no processo de inventário dos ativos patrimoniais. Os patrimónios imateriais de uma comunidade são, assim, as

⁵ Este instrumento permitiu formalizar o alargamento do conceito de património para além da materialidade do bem cultural. A Convenção foi assinada em 2003, entrou em vigor em 2006 e Portugal ratificou-a a 26 de março de 2008.

práticas e manifestações que essas comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como seu património.

Neste enquadramento, pretendeu-se, no projeto IP, a par do levantamento dos sítios de interesse patrimonial e patrimónios (in)tangíveis, divulgar a instituição museológica e estimular as populações das diversas localidades da freguesia a assumirem-se como co-inventariantes e atores dessas referências patrimoniais – os objetos museais preservados *in situ*, as memórias e os saberes vistos como herança cultural⁶. Facilita-se, deste modo, um (re)conhecimento do património local e um aumento da auto-estima, confiança e sentimento de pertença identitária.

Diálogo entre teoria e prática

Os princípios da investigação-ação foram também fundamentais no desenrolar do trabalho de campo, pois não pretendemos ser meros observadores não atuantes. Assim, este é um projeto de pesquisa-ação (Thiollent, 1986/2011), comprometida profissional e socialmente, e de ação-reflexão, associado à racionalização da experiência de campo (Caria, 1999), uma vez que, com base nas ações concretas que se desenvolvem no terreno, se procura refletir, teorizar,

⁶ Também apontados como ‘indicadores de memória’, segundo expressão de Cristina Bruno (1996), e ‘acervo operacional’, por Maria Célia Santos (2008).

aprender e explorar novos caminhos, numa relação entre a equipa de investigadores e técnicos e o grupo em foco.

Na sequência do apresentado por Maria Célia Santos, também nós nos guiamos pela premissa que é o movimento de ação e reflexão “que estimula a produção do conhecimento e amplia as dimensões de valor e de sentido das ações de pesquisa, preservação e comunicação, bem como do patrimônio cultural de cada indivíduo e da coletividade.” (2007, p. 14).

O ato de agir e investigar, num processo de mudança participado e reflexivo, é designado de diferentes formas por diferentes autores. A pesquisa-ação é entendida, por Thiollent, como “uma orientação destinada ao estudo e à intervenção em situações reais” (1986/2011, p. 113), i.e.,

“como um tipo de pesquisa social de base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou solução de um problema colectivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (idem, p. 22)

A investigação-ação refere-se a uma pesquisa com impactos, focada numa prática auto-reflexiva, onde as ações são examinadas criticamente:

“Reflection, it has been argued, occurs at every stage of action research. Beyond this, the notion of reflexivity is central to action research,

because the researchers are also the participants and practitioners in the action research— they are part of the social world that they are studying” (Cohen, Manion, & Morrison, 2000/2005, p. 239)

A participação é vista como firmemente necessária a estes procedimentos, pois considera-se que a investigação-ação atinge os seus resultados por envolver os participantes no planeamento e na ação e por ser flexível e recetiva à situação e às pessoas, sendo uma ferramenta importante para a mudança e melhoria das condições ao nível local.

Interdisciplinaridade

O presente artigo – e o estudo na génese da dissertação de mestrado – centra-se também na importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento do trabalho de campo e das estratégias museológicas a aplicar. O uso da interdisciplinaridade como pressuposto apriorístico permitiu um aprofundamento do conhecimento do terreno em causa e um enriquecimento no estudo do contexto e objeto museal. Foram as diversas disciplinas científicas estudadas – da Antropologia aos Estudos de Avaliação Rural, da Democracia Participativa à Sociomuseologia – e as suas teorias, metodologias e técnicas que, conjugadas e aplicadas crítica e criativamente, endossaram o resultado final do IP. Também a existência de uma equipa multidisciplinar com profissionais

de diversas áreas (como Antropologia, Arqueologia, História ou Conservação e Restauro), com correspondentes contributos e aproximações, foi uma mais-valia para o projeto.

A interdisciplinaridade é, precisamente, um dos paradigmas da Sociomuseologia. Em 2007, Mário Moutinho defende, no 12º Atelier Internacional do MINOM, uma *Definição evolutiva de Sociomuseologia*⁷, na qual esta área é perspectivada como possuindo uma abordagem multidisciplinar onde a interdisciplinaridade é característica central. Neste sentido, diz-nos este autor que:

“O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objectivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita.”
(Moutinho, 2007)

Seqüências de métodos participativos

No que diz respeito às estratégias a utilizar no terreno, existem “tantos métodos quanto forem os lugares” (Varine, 2002, p. 7), pelo que as possibilidades se multiplicam pelo contexto social, histórico e territorial em causa, bem

⁷ Num jogo de palavras com a *Definição evolutiva de ecomuseu* de Georges-Henri Rivière.

como pela capacidade dinâmica e cooperativa associada ao próprio processo participativo. As ações escolhidas substanciam-se nas experiências museológicas passadas para implementar estratégias adaptadas aos territórios e problemáticas em causa⁸.

Como atrás referido, a Antropologia (de onde partimos), mas também outras ciências de forte pendor participativo, como a Investigação-ação, os Estudos de Avaliação Rural, as ações de Democracia Participativa e a Museologia Social são algumas das áreas de investigação onde fomos beber ao nível dos enquadramentos teóricos bem como dos métodos e técnicas selecionados. Nestas diversas áreas, verificamos que as sequências de métodos participativos, aplicadas de forma flexível conforme os objetos em causa, são fundamentais para um maior conhecimento do terreno em geral, sobre determinados locais ou temáticas, mas também permitem ampliar a participação e desenvolver uma mais profunda interligação

⁸ “a ação educativa dos museus não pode ser reduzida a uma metodologia, com a aplicação de determinadas técnicas. (...) A sua riqueza está nas escolhas que fazemos dos métodos e técnicas, em interação com os nossos pares e com os muitos sujeitos sociais envolvidos com os projectos, tendo como referencial as nossas concepções de museologia, de museu e de educação, buscando, a cada momento, a flexibilidade necessária no sentido de adaptá-los aos diferentes contextos e patrimônios. Assim, com a nossa criatividade, estamos contribuindo para a construção de novos métodos e técnicas, que só terão sentido se forem contextualizados e se levarem em consideração a unidade e a diversidade do ser humano. (Santos M. C., 2007, pp. 14-15)

entre as comunidades locais e os investigadores/mediadores, num processo em que todos aprendem e (re)descobrem:

“The power of such sequences in fourfold. First, the commitment of participants increases (...). Second, sequences triangulate, and reveal errors or omissions in earlier presentations. Third, the different activities interact cumulatively (...). Fourth, all concerned learn through the process, through people sharing what they know, through observation and through analysis. In such ways as these, participatory methods fit well with a flexible learning process approach.” (Chambers, 1992, p. 21)

Educação patrimonial

A potencialidade do uso do património cultural na educação (não formal) é patente no ‘Inventário Participativo do Património Cultural de Atougua da Baleia’, onde diferentes estratégias metodológicas foram aplicadas no desenvolvimento de ações museológicas – neste caso essencialmente de pesquisa mas que têm reflexo na vertente educativa e de comunicação do museu. Com recursos a ações planeadas, realizaram-se investigações sistemáticas com a comunidade procurando um maior conhecimento bem como uma reflexão sobre o património cultural local por parte dos técnicos e da própria comunidade envolvida,

operacionalizando uma ação educativa, de comunicação, de interação e de participação (Santos M. C., 2008).

Já na Declaração do Rio de Janeiro, em 1958, se observa uma preocupação referente à ação educativa nos museus, sendo estes vistos como uma extensão da escola e da educação formal. É sobretudo a partir da década de 1970 que se intensifica este questionamento: na Declaração de Santiago do Chile, o museu aparece com um papel decisivo na educação da comunidade, sendo “entendido como um ato pedagógico para o ecodesenvolvimento” (Primo, 1999, p. 20) e “contribuindo para uma educação que seja dialógica e libertadora, onde os indivíduos estejam capacitados a transformarem a sua realidade” (idem, p. 34) através de uma ação museológica reflexiva com vista ao desenvolvimento.

Hugues de Varine, como Maria Célia Santos e outros autores ancorados na teoria freiriana, consideram que o património cultural é uma das formas que permite atingir objetivos base da educação popular⁹. Para um efetivo

⁹ “O patrimônio (evidentemente, no sentido mais abrangente do termo: natural e cultural, material e imaterial, reconhecido publicamente ou desconhecido) vai, em particular, oferecer à educação popular os meios para atingir os quatro objetivos principais, os mais úteis ao desenvolvimento participativo da comunidade e do território, possibilitando ao indivíduo:

- a formação da consciência de sua identidade, de seu território e de sua comunidade humana de pertencimento,
- a aquisição de confiança em si (auto-estima) e nos outros, condição da participação e da cooperação ao serviço do desenvolvimento,

desenvolvimento, sustentável, é essencial a “participação ativa e criativa das comunidades locais” (Varine, 2002, p. 1), devendo-se recorrer aos meios disponíveis no próprio território, quer ao nível das estruturas existentes, quer dos recursos humanos, dos saberes, dos bens materiais ou imateriais. Este “conjunto de meios próprios da comunidade constituem seu **patrimônio**, no sentido amplo do termo: natural e cultural, material e humano” (idem, p. 6. A negrito no original). De acordo com o conceito de museu comunitário defendido por este autor, o patrimônio é assim visto como um capital coletivo da comunidade, vivo, evolutivo e em permanente criação, cuja comunidade é a detentora do saber e produtora do mesmo (Varine, 2005).

Refletindo e atuando

As estratégias museológicas participativas utilizadas ao longo do IP permitiram a cartografia dos locais e das memórias desses mesmos lugares. É esta ‘cultura viva’ que pode ser despertada e valorizada no contexto de uma museologia social, ativando pressupostos emancipadores e produtores de cidadania. Para tal, considera-se imprescindível a atuação das comunidades locais nos vários vetores do processo museológico pois, desta forma, a educação

-
- o despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para que passe de consumidor e assistido a empreendedor e promotor,
 - o domínio da expressão e das ferramentas de negociação, permitindo uma intervenção eficaz na esfera pública.” (Varine, 2002, p.6)

patrimonial será promovida junto dos próprios produtores locais, podendo o inventário ser considerado, nesta medida, como um processo de democratização da cultura.

O IP constitui, deste modo, um passo rumo a um museu mais inclusivo através do uso de estratégias metodológicas participativas nos campos da pesquisa e comunicação museais, visando o desenvolvimento local e sendo uma ferramenta fundamental na gestão dos recursos culturais e naturais de um território com vista à salvaguarda ativa dos valores que caracterizam a sua identidade e diversidade. Num movimento de ação e reflexão, encara-se, assim, o museu como uma instituição ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, sendo o inventário participativo um contributo para uma melhor gestão do património local.

Este é um processo de implementação de estratégias participativas adaptadas, processos museais desenvolvidos fora do espaço do museu – e *a priori* da existência do polo museológico e interpretativo –, onde se captaram alguns segmentos da comunidade em causa e, a partir deles, desenvolveram essas ações, divulgando o projeto, ajudando a reconhecer e comunicar os referenciais patrimoniais identificados pela própria comunidade, abarcando, ao longo do tempo, outras faixas da população e criando o movimento processual participativo.

Este tipo de projetos tem uma articulação direta com a área da educação patrimonial, pois permite fruir do Património Cultural como instrumento e veículo de educação, como referencial para o exercício da cidadania e para o

desenvolvimento social através do processo educativo (Santos M. C., 2008, p. 16). A musealização dá-se assim a partir da prática social, sendo o património cultural instrumentalizado como recurso didático vital para o desenvolvimento de ações de educação popular.

O 'Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia' procura, então, refletir sobre as práticas e experiências das populações, incentivar as populações desta freguesia a serem sujeitos na definição dos ativos patrimoniais das suas localidades, qualificando esses saberes, tradições e locais como património cultural e os indicadores de memória como referências patrimoniais musealizadas, despertando o conhecimento e a valorização dos locais e patrimónios identificados, promovendo a sua apropriação e capacitando-as para o usufruto e defesa desse mesmo património.

Bibliografia

Bruno, C. (1996). Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, 9, 9-38.

Caria, T. (1999). A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 5, 5-36.

Chambers, R. (1992). Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory. *IDS Discussion Paper 311*, 1-68.

Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2000/2005). Action research. In *Research methods in education* (5ª ed.,

pp. 226-244). Londres: Routledge (Original publicado em 2000).

Férnandez, L. A. (1999). *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

Janeirinho, R. (2011). *Educação Patrimonial: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*. Paideia - Revista da Escola Secundária de Peniche, 2, 59-72.

Janeirinho, R. (2013). *Património, Museologia e Participação: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche*. Cadernos de Sociomuseologia, 46.

Janeirinho, R., Venâncio, R., & Martins, J. (no prelo). *Centro Interpretativo de Atougua da Baleia: um projecto museológico participativo*. In Centro do Património da Estremadura e Câmara Municipal de Ourém (Eds.) *Atas do 1º Congresso de História e Património da Alta Estremadura*. Ourém: Centro do Património da Estremadura e Câmara Municipal de Ourém.

Moutinho, M. (1993). *Sobre o Conceito de Museologia Social*. Cadernos de Sociomuseologia, 1, 5-6.

Moutinho, M. (1996). *Museologia Informal*. Boletim da Associação Portuguesa de Museologia, 3, 22-24

Moutinho, M. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. Comunicação apresentada no XIII Atelier Internacional do Minom. Lisboa Setúbal.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [UNESCO] (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO. Acedido em 30 de outubro de 2009 em http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=16.

Primo, J. (1999). *Pensar contemporaneamente a Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, 16, 5-38.

Querol, L. S. (2011). El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para obtenção do grau de doutora, orientada por Mário Caneva Moutinho. 372p.

Santos, M. C. (2007). Os Museus e seus Públicos Invisíveis. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.

Santos, M. C. (2008). Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU.

Santos, P. A. (2009). Museology and Community Development in the XXI Century, Cadernos de Sociomuseologia, 29.

Thiolent, M. (1986/2011). Metodologia da Pesquisa-ação (18ª ed.). São Paulo: Cortez Editora (Original publicado em 1986).

Varine, H. (2002). Patrimônio e Educação Popular. In <http://www.museumonteredondo.net>. Acedido em 11 de julho de 2010 em <http://www.museumonteredondo.net/sig>.

Varine, H. (2005). O museu comunitário é herético? In <http://www.abremc.com.br>. Acedido em 17 de novembro de 2009 em <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>.